

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003,
Publicada no DOU de 24 de dezembro de 2003
(MENSAGEM Nº 4, DE 2004-CN)

Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Trata-se de medida provisória expedida pelo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, que objetiva permitir a estruturação dos Quadros de Pessoal das Autarquias Especiais denominadas Agências Reguladoras, mediante a criação de cargos de provimento efetivo próprios, em substituição aos empregos públicos previstos quando de sua instituição. A criação destes cargos efetivos regidos pela Lei n.º 8.112/90 se faz necessária em razão de medida liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, desde dezembro de 2000, em decorrência do ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN - no 2.310, de 2000, na qual são questionados dispositivos da Lei n.º 9.986, de 18 de julho de 2000, que "Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências", com base no entendimento de que o exercício da função de regulação e fiscalização, inerente à atividade precípua do Estado, pressupõe prerrogativas não previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, regime que regeria as relações jurídicas entre as Agências Reguladoras e seus futuros empregados.

Nos termos do disposto no art. 62, §§ 5º, 8º e 9º da Constituição Federal e, nos arts. 5º e 6º da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe ao Plenário da Câmara dos Deputados deliberar sobre o mérito e sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais e legais.

II – VOTO DO RELATOR

Da Admissibilidade

Conforme determina a Constituição Federal, art. 62, § 5º, e a Resolução nº. 1, de 2002, do Congresso Nacional, art. 5º, cabe ao Congresso Nacional, no que toca a medidas provisórias, deliberar sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais, nos quais se incluem a relevância e a urgência, bem como sobre a adequação orçamentária e financeira e o mérito.

Relevância e Urgência

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. O § 1.º do art. 2.º da Resolução nº. 1, de 2002, do Congresso Nacional, determina que, na data da publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, será enviado ao Congresso Nacional o seu texto, acompanhado da respectiva mensagem e documentos que revelem a motivação do ato.

A admissibilidade depende, dessa forma, da obediência aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como do atendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A Exposição de Motivos nº. 783, de 2003, alinhou, de forma consistente, as razões que justificaram a adoção da Medida Provisória nº. 155/2003.

Com efeito, estão configuradas a urgência e relevância, tendo em vista o caráter emergencial das soluções apresentadas pela Medida Provisória, pois permitem a continuação do processo de instituição das Agências Reguladoras com a recomposição, de acordo com a Constituição, do seu Quadro de Pessoal

em face da precariedade dos procedimentos de contratação temporária hoje vigentes. Além disso, como está ressaltado na Exposição de Motivos n.º 703/2003, a aproximação do esgotamento do prazo de duração de contratos por tempo determinado, firmado com base na legislação específica das Agências, e a necessidade de novas contratações em caráter excepcional para atendimento de necessidades emergenciais, com a garantia da continuidade da prestação de serviços públicos essenciais, requerem a adoção de medidas imediatas.

Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que se refere à Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa da medida provisória, verificamos tratar de matéria não incluída dentre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49), ou do Senado Federal (art. 52), ou da Câmara dos Deputados (art. 51), ao tempo em que também não se compreende dentre as competências privativas do Presidente da República previstas no art. 84 da Constituição Federal.

Da mesma forma que não se contrapõe aos temas cujo tratamento é vedado por intermédio de Medida Provisória (art. 62, § 1º, da Constituição Federal).

E a medida provisória em tela coaduna-se com o ordenamento jurídico vigente e foi redigida atendendo todas as normas relativas à boa técnica legislativa, possuindo clareza, precisão e ordem lógica, em conformidade com a Lei Complementar n.º 95, de 1998, alterada pela de n.º 107, de 2001.

Adequação Financeira e Orçamentária

Finalmente, em relação à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória n.º 155, de 2003, deve seguir as disposições da Resolução n.º 1/2002

do Congresso Nacional. O § 1.º do art. 5.º dessa Resolução define que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar n.º 101, de 4 maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

No que se refere ao exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, não há óbice para a aprovação da presente Medida Provisória, eis que a simples criação de cargos, por si só, não gera custos e as eventuais despesas decorrentes de provimento de cargos efetivos no atual exercício estão previstas na Lei Orçamentária, em funcional específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dos Ministérios e Autarquias Especiais envolvidos. As despesas restantes e contínuas constarão dos Projetos de Leis Orçamentárias subsequentes, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, calculada e demonstrada no anexo à LDO.

Do Mérito

No que concerne ao mérito, cabe considerar, preliminarmente, a urgência do seu conteúdo: suprir a necessidade de composição do Quadro de Pessoal destas organizações, sob pena de prejudicar o cumprimento de suas metas e obrigações institucionais.

As medidas propostas abrangerão as seguintes Autarquias Especiais já instituídas em lei, a saber: de Energia Elétrica - ANEEL, de Telecomunicações - ANATEL, do Petróleo - ANP, de Vigilância Sanitária - ANVISA, de Saúde Suplementar - ANS, do Cinema - ANCINE, de Transportes Aquaviários - ANTAQ e de Transportes Terrestres - ANTT. No caso da Agência Nacional de

Águas - ANA, proposição específica já apreciada pelo Congresso Nacional deu ao problema tratamento equivalente, mediante a criação de cargos efetivos para suas atividades finalísticas, cabendo a esta Lei dispor apenas quanto à harmonização do tratamento conferido aos quadros de pessoal, o que inclui a criação de quarenta e cinco cargos de Técnicos Administrativos, de nível médio, naquela instituição.

Das Emendas

A Medida Provisória 155/2003 recebeu 55 emendas, as quais a seguir apresentamos:

Emendas acolhidas

- ✓ **N.º 1**, do Deputado Jutahy Júnior, emenda acolhida parcialmente – adequação de quadros à necessidade da ANEEL;
- ✓ **N.º 13 e N.º 27**, do Senador Arthur Virgílio, emendas acolhidas integralmente – correção gramatical no texto;
- ✓ **N.º 30**, Deputado Osório Adriano, emenda acolhida integralmente – torna o texto mais claro;
- ✓ **N.º 31**, do Deputado Jutahy Júnior, acolhida parcialmente – institui que cargos comissionados técnicos devem ser ocupados, tão-somente, por servidores do quadro efetivo ;
- ✓ **N.º 32**, do Senador Severino Alves, acolhida, com os devidos ajustes redacionais, contemplando as modificações necessárias ao acolhimento parcial da emenda 31 – explicita a situação de empregados da administração pública que estejam requisitados pelas Agências Reguladoras na data da publicação desta Medida Provisória. Com isto, são, também contempladas no mérito as emendas de N.º 33, do Senador Severino Alves, e de N.º 47 do Deputado Aníbal Gomes.

Emendas rejeitadas

Outras emendas, apesar da sua importância, não serão contempladas. Podemos destacar alguns grupos dentre elas:

- Enquadramento de Servidores do Quadro Específico

Na emenda n.º 14 estabelece-se, textualmente, que a investidura nos cargos efetivos das Agências dar-se-á por meio de concurso público e pela efetivação dos servidores das Agências, por cargo em extinção, o que, expressamente, contraria o disposto no texto constitucional.

Outras emendas prevêem o enquadramento dos cargos ocupados redistribuídos para as Agências nos cargos e carreiras criados no âmbito das referidas Agências. Quanto a este aspecto, vale destacar que a transformação de cargos requer, minimamente, que os cargos a serem transformados tenham as mesmas condições de ingresso e que tenham atribuições semelhantes, fixadas em Lei, de modo que fique demonstrado que, do ponto de vista legal, estará sendo preservada a essência das atribuições. Os cargos efetivos dos servidores que vieram a compor os Quadros de Pessoal Específico das Agências são originários do Plano de Classificação de Cargos - PCC e de Planos correlatos de autarquias e fundações públicas, cujas atribuições estabelecidas em lei não atendem à condição de similaridade com as atribuições dos novos cargos criados. Neste sentido, o enquadramento proposto, em última instância, constitui-se em investidura em cargo público, por meio diverso do de aprovação em concurso público.

As emendas nºs 10, 12, 26, 48, 53, 54 e 55, estabelecem, ainda, que o enquadramento será realizado “de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela”. Ora, se as atribuições dos cargos criados pela Medida Provisória não guardam similaridade com as atribuições dos cargos ocupados pelos servidores redistribuídos,

estabelecidas em lei, não é tecnicamente viável efetuar-se o enquadramento, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio texto das referidas emendas.

É que a exigência constitucional do concurso público para investidura nos cargos e empregos públicos (art. 37, II, da CF) impede toda e qualquer forma de provimento de cargos que não aquela realizada após aprovação no concurso específico.

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal tem decidido, reiteradamente, serem inconstitucionais leis que prevejam formas derivadas de provimento em cargos ou empregos:

“O art. 37, II da Constituição exige concurso público para investidura em qualquer cargo público, salvo para os cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e para os cargos subseqüentes da carreira, cuja investidura se faz pela forma de provimento denominada “promoção”. Não permite, pois, o provimento por ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento de servidor em cargos ou empregos públicos de outra carreira, diversa daquela para a qual prestou concurso público”. (STF. Tribunal Pleno. ADI-242/RJ. Votação unânime. Re. Min. Paulo Brossard. DJ. 23.03.01, grifo nosso)

Assim, tais cargos, por exigência constitucional, deverão ser providos a partir de concursos públicos, o que afasta, por inconstitucionalidade, qualquer possibilidade de acatamento das emendas de nºs 10, 12, 14, 26, 48, 53, 54 e 55.

Contudo, destacamos que o Governo Federal já está promovendo negociações e estudos com vistas a assegurar melhoria remuneratória aos integrantes dos Quadros Específicos das Agências Reguladoras com o propósito de evitar disparidades e tratamento discriminatório.

- **Contratação Temporária**

Com relação à contratação temporária, o Art. 30 da MP 155 prevê a possibilidade de efetuar-se, nos termos do art. 37, IX e da Lei n.º 8.745/93,

contratação por tempo determinado no âmbito das agências reguladoras, pelo prazo de 12 meses.

Tal normatização ajusta-se, com fidelidade, à orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal na interpretação do inciso IX do art. 37 da Constituição.

No julgamento da ADI 1500-ES, relatada pelo Ministro Carlos Veloso, o STF estabeleceu que somente legitima-se a contratação temporária quando: I – houver previsão em Lei; II – houver tempo determinado; III – necessidade temporária e IV – interesse público excepcional. (ver, também, ADI 890; ADI 1567; ADI 2380)

Desse modo, a MP é constitucional, pois atende ao que prescreve o art. 37, incisos II e IX, nos termos do que já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, devendo ser mantido todo o sistema de contratação temporária por ela preconizado, que, além do mais, ao determinar, expressamente, a aplicação da Lei n.º 8.745/93, e ao exigir, obrigatoriamente, prova escrito na seleção (§ 1º do art. 29), visa observar o princípio da moralidade constitucional, inscrito no caput do art. 37 da CF.

Logo, são rejeitadas as emendas de nºs 34, 35, 36, 37, 38 , 39, 40, 45 e 52.

- Aumento de Despesa

Algumas emendas implicam aumento de despesa, incorrendo, desse modo, em inconstitucionalidade, por violação do art. 63, I, da CF (que veda aumento de despesa prevista em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente – e, no caso, a MP, se projeto de lei fosse, seria matéria de iniciativa privativa do Presidente, nos termos do art. 61, II, “a”, da CF), e do art. 169, § 1º, I e II, da

CF, além de, neste ponto, desrespeitarem a Lei de Responsabilidade Fiscal, de n.º 101/2000 (arts. 16 e 17).

Desse modo, pelo motivo acima mencionado, são rejeitadas as emendas de nsº 8, 9, 11, 18, 22, 23, 24, 44, 46 e 49.

- Cargos de Procurador Federal

Está mais do que justificada a criação destes cargos, pois é preciso que a defesa judicial e assessoramento jurídico das Agências estejam bem equipadas, com recursos humanos suficientes. É preciso ressaltar, ainda, que a criação dos cargos de Procurador, como anotado na exposição de motivos da MP, adequa-se à previsão orçamentária, eis que a simples criação de cargos, por si só, não gera custos e a despesa com o provimento dos cargos deverá estar prevista nas leis orçamentárias subsequentes.

O Procurador designado para exercício nas Agências referidas no anexo I será submetido a um período mínimo de permanência (36 meses), sendo vedada remoção, transferência ou mudança de exercício a pedido (art. 5º, § 1º, da MP). Tal medida visa impedir a ocorrência de alta rotatividade de Procuradores, garantindo-se, desse modo, a formação de um corpo técnico jurídico que seja capaz de responder às demandas específicas da área de atuação de cada Agência.

Ressaltamos, a importância de não se desvincular os Procuradores Federais que atuam nas Agências da carreira de Procurador Federal, instituída pela MP 2.229-43, de 2001, e vinculada à Procuradoria-Geral Federal (art. 10, § 2º, da Lei n.º 10.480/2002). É que este sistema integrado permite uma atuação mais harmônica e racional da defesa da União e das entidades da administração indireta – da qual faz parte as Agências Reguladoras –, o que resulta, como se vem demonstrando, em um assessoramento jurídico mais eficaz.

Desse modo, são rejeitadas as emendas de n.º 2, 4, 5 e 6.

- Autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MPOG, para concursos

O sistema da administração prevê a necessidade de autorização do Ministério do Planejamento para a autorização de concursos na administração direta e indireta.

Esse sistema está mantido pela Medida Provisória, em seu art. 14, § 1º, e deve ser preservado.

Por este motivo, são rejeitadas as emendas de N°s 15 e 51.

- Avaliação dos Usuários como parte integrante da Avaliação de Desempenho Institucional

A inclusão da avaliação do usuário, para efeito de concessão de gratificação como sugerem as emendas 19 e 20, poderá ser prevista no regulamento da Lei, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 16 da MP.

Por este motivo, são rejeitadas as emendas de nsº 19 e 20.

- Vinculação de espécies remuneratórias

A Constituição veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias no serviço público (art. 37, XIII). Portanto, a emenda n.º 21, ao pretender equiparar os reajustes dos cargos comissionados das Agências com os cargos DAS da administração direta, é inconstitucional.

Desse modo, é rejeitada a emenda 21

- Concursados da ANEEL

As emendas de nº 17 e 25 pretendem autorizar a nomeação, nos cargos públicos agora criados de Especialista em Regulação de Serviços Públicos, dos aprovados em concurso público anteriormente realizado pela ANEEL, para o emprego público de Analista de Suporte à Regulação, nos termos do Edital n.º 1/2000 daquela Agência.

Em princípio, poderia-se adotar, nesta MP, a providência sugerida pelas emendas 17 e 25, sem que se ofendesse a Constituição, notadamente o art. 37, II, que consubstancia a exigência de concurso público para o provimento dos cargos públicos, que deve ser de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Para tanto, teríamos que observar a ocorrência de determinadas circunstâncias que, já adiantamos, não se encontram presentes.

Com efeito, as atribuições do emprego público para o qual os aprovados fizeram o concurso e nele foram aprovados não são as mesmas atribuições do cargo público pretendido para a investidura, o que evidencia uma alternativa inconstitucional por violação direta e flagrante do mandamento constitucional do concurso público para acessibilidade aos cargos públicos.

Nem se diga que pelo fato de ter havido um concurso, realizado para emprego público, poderia haver o aproveitamento pretendido. É que o concurso realizado adequava-se às necessidade de verificação de capacidade dos candidatos para o exercício das atribuições referidas ao emprego público então existente e não às atribuições do cargo agora criado.

De outro lado, em razão das novas atribuições agora conferidas ao cargo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos em Energia, poderá surgir a necessidade de exigir-se, dos candidatos ao cargo, outros requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional e especializações não

exigidas dos candidatos ao emprego público para o qual foi realizado o concurso anterior.

Desse modo, são rejeitadas as emendas 17 e 25.

- Sistema de Ingresso na Carreira

O art. 13 desta Medida Provisória prevê que “A investidura nos cargos efetivos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos” e no seu § 2º que “O concurso público será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial de cada carreira”.

Essa normatização se adequa ao próprio conceito de carreira no serviço público, ou seja, progressão por tempo e mérito.

Desse modo, deve ser rejeitada a emenda de Nº 16, que prevê que no 1º concurso para as entidades possa haver ingresso em níveis de carreira diferentes do inicial.

- Pelo Mérito

As emendas de Nº 3 e Nº 7 por não serem objeto desta medida provisória. Tratam respectivamente sobre política energética nacional e atividades relativas ao monopólio do petróleo, e sobre a Criação da EPE, Empresa de Pesquisa Energética. Temas tratados pelas Medidas Provisórias 144 e 145 respectivamente.

As emendas de Nº 41 e Nº 42 que suprimem o artigo que cria cargos na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – art.30 da Medida Provisória.

A emenda de N° 43 que suprime o art. 31 da Medida Provisória, responsável por adequação do art. 2º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2.000, ao teor desta Medida Provisória.

A emenda de N° 28, que modifica o art. 25 desta Medida Provisória, que trata de avaliação funcional, é rejeitada pois o texto original já especifica de forma satisfatória a avaliação de desempenho.

A emenda de N° 29 que suprime o art. 26 é rejeitado por este artigo tratar de tema fundamental: servidores e empregados requisitados pelas Agências Reguladoras.

A emenda de N° 50 cria mais uma carreira para ANP. É rejeitada por ser desnecessária para o funcionamento desta Agência – a ANP - a criação de mais esta carreira, além de incidir em vício de iniciativa (art. 61, § 1º, II, “a”, CF)

Emendas do Relator

Algumas destas emendas foram fruto da absorção de parte de emendas rejeitadas, apresentadas pelos parlamentares, de contribuições de setores da sociedade e do próprio relator, assegurando-se, assim, ampla representatividade das proposições, resultante de negociações que promovemos entre o governo e os setores interessados.

1 - Com vista ao aperfeiçoamento da redação, o Projeto de Lei de Conversão contempla emenda modificando o caput do Artigo 1º :

“Art. 1º Ficam criados, para exercício exclusivo nas autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, referidas no Anexo I desta Lei, e

observados os respectivos quantitativos, os cargos que compõem as carreiras de:”

2 - Com vista a adequação do quantitativo citado no Art. 29 ao quantitativo do Anexo I, o Projeto de Lei de Conversão contempla emenda modificativa:

“Art. 29. O art. 73 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. O quantitativo de servidores ou empregados requisitados, acrescido do Quadro de Pessoal Efetivo, dos contratados por prazo determinado e dos ocupantes de cargos comissionados não poderá ultrapassar a duzentos e sessenta." (NR)”

3 - Com vista à adequação do texto, com o objetivo de manter a isonomia no tratamento dos servidores das agências, intuito da própria MP, no caso específico, a ANA, o Projeto de Lei de Conversão contempla emenda aditiva, criando a art. 11º e renumerando os demais:

“Art. 11º O Art. 9º da Lei 10.768 de 19 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 9º.

(...)

§ 3º Mediante resultado de avaliação de desempenho ou da participação em programas de capacitação, o interstício mínimo, a que se refere o parágrafo anterior, poderá sofrer redução de até cinquenta por cento conforme disciplinado em regulamento específico da ANA.”

Quanto à Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Hídricos, GDRH, em contatos com o Poder Executivo, ficou acordado que será

objeto de equalização com a Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação, GDAR.

Conclusão

Quero destacar a importância e relevância das inestimáveis contribuições recebidas, na forma de emendas, e queremos agradecer aos nobres colegas abaixo listados, que tiveram emendas acolhidas e não acolhidas, mas que representaram o processo democrático que permeia os trabalhos desta casa e confere confiabilidade aos instrumentos aqui aprovados.

Gostaríamos de fazer um agradecimento ao Parlamento brasileiro e, em especial, àqueles Deputados e Senadores que contribuíram democraticamente com o debate e aperfeiçoamento desta medida, razão pela qual gostaríamos de destacar cada parlamentar:

Deputado ANÍBAL GOMES	Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Deputado ANTÔNIO C. MENDES THAME	Senador LEOMAR QUINTANILHA
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	Senador JOÃO TENÓRIO
Deputado EDUARDO GOMES	Senadora LÚCIA VÂNIA
Deputado GONZAGA PARIOTA	Senador REGINALDO DUARTE
Deputado JUTAHY JÚNIOR	
Deputado LINDBERG FARIAS	
Deputado LUIZ SÉRGIO	
Deputado MÁRCIO REINALDO	
Deputado MENDES RIBEIRO FILHO	
Deputado NELSON PROENÇA	
Deputado ONYX LORENZONI	
Deputado OSÓRIO ADRIANO	
Deputado REINALDO BETÃO	
Deputado RICARDO BARROS	
Deputado RODRIGO MAIA	
Deputado SEVERINO ALVES	
Deputado VILMAR ROCHA	
Deputado WASNY DE ROURE	

Pelo exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 155/2003, na forma do projeto de lei de conversão em anexo.

LUCIANO ZICA
PT/SP

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
MP Nº 155, DE 24 DE DEZEMBRO 2003

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criados, para exercício exclusivo nas autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, referidas no Anexo I desta Lei, e observados os respectivos quantitativos, os cargos que compõem as carreiras de:

I - Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos e de exploração de mercados nas áreas de telecomunicações, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

II - Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da legislação relativa à indústria cinematográfica e videofonográfica, bem como implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

III - Regulação e Fiscalização de Recursos Energéticos, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos e de

exploração da energia elétrica, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

IV - Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, composta por cargos de nível superior de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, com atribuições voltadas a atividades de nível superior inerentes à identificação e prospecção de jazidas de petróleo e gás natural, envolvendo planejamento, coordenação, fiscalização e assistência técnica às atividades geológicas de superfície e subsuperfície e outros correlatos; acompanhamento geológico de poços; pesquisas, estudos, mapeamentos e interpretações geológicas, visando à exploração de jazidas de petróleo e gás natural, e à elaboração de estudos de impacto ambiental e de segurança em projetos de obras e operações de exploração de petróleo e gás natural.

V - Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados e Gás Natural, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prospecção petrolífera, da exploração, da comercialização e do uso de petróleo e derivados e gás natural, e da prestação de serviços públicos e produção de combustíveis e de derivados do petróleo e gás natural, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

VI - Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da assistência suplementar à Saúde, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

VII - Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços

de Transportes Aquaviários, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes aquaviários e portuários, inclusive infraestrutura, bem como implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

VIII - Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes terrestres, inclusive infra-estrutura, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

IX - Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária, composta por cargos de nível superior de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle das instalações físicas da produção e da comercialização de alimentos, medicamentos e insumos sanitários, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

X - Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos e de exploração de mercados nas áreas de telecomunicações, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XI - Suporte à Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, com atribuições

voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da legislação relativa à indústria cinematográfica e videofonográfica, bem como implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XII - Suporte à Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados e Gás Natural, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prospecção petrolífera, da exploração, da comercialização e do uso de petróleo e derivados e gás natural, e da prestação de serviços públicos e produção de combustíveis e de derivados do petróleo e gás natural, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XIII - Suporte à Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Saúde Suplementar, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da assistência suplementar à Saúde, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XIV - Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes aquaviários e portuários, inclusive infra-estrutura, bem como implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XV - Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em

Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes terrestres, inclusive infra-estrutura, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XVI - Suporte à Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária, composta por cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle das instalações físicas, da produção e da comercialização de alimentos, medicamentos e insumos sanitários, bem como à implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades.

XVII - Analista Administrativo, composta por cargos de nível superior de Analista Administrativo, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo I, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

XVIII - Técnico Administrativo, composta por cargos de nível intermediário de Técnico Administrativo, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo I, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

Art. 2º. São atribuições específicas dos cargos de nível superior referidos nos incisos I a IX do art.1º:

I - formulação e avaliação de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação;

II - elaboração de normas para regulação do mercado;

III - planejamento e coordenação de ações de fiscalização de alta complexidade;

IV - gerenciamento, coordenação e orientação de equipes de pesquisa e de planejamento de cenários estratégicos;

V - gestão de informações de mercado de caráter sigiloso; e

VI - execução de outras atividades finalísticas inerentes ao exercício da competência das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras de que trata esta Lei.

Art. 3º. São atribuições comuns dos cargos referidos nos incisos I a XVI do art. 1º:

I - fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulado;

II - orientação aos agentes do mercado regulado e ao público em geral; e

III - execução de outras atividades finalísticas inerentes ao exercício da competência das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras de que trata esta Lei.

Parágrafo único. No exercício das atribuições de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, são asseguradas aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I a XVI do art. 1º as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário, o auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções.

Art. 4º. São atribuições comuns dos cargos referidos no art. 1º

I - implementação e execução de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação;

II - subsídio e apoio técnico às atividades de normatização e regulação; e

III - subsídio à formulação de planos, programas e projetos relativos às atividades inerentes às autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.

Art. 5º. O Procurador-Geral Federal definirá a distribuição de cargos de Procurador Federal nas Procuradorias das Agências Reguladoras, observados os quantitativos estabelecidos no Anexo II desta Lei.

§ 1º É vedada a remoção, a transferência ou a mudança de exercício a pedido, com ou sem mudança de sede, de Procurador Federal designado para ter exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei, nos primeiros trinta e seis meses a contar da data da investidura no cargo.

§ 2º Ficam criados, na Carreira de Procurador Federal de que trata o art. 36 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, regidos pelas Leis e normas próprias aplicáveis à mesma, sessenta e quatro cargos efetivos de Procurador Federal, destinados ao exercício das atribuições estabelecidas no art. 37 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no âmbito das respectivas unidades de exercício.

Art. 6º. O regime jurídico dos cargos e carreiras referidos no art. 1º é o instituído na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. É vedada a aplicação do instituto da redistribuição a servidores ocupantes de cargos e carreiras referidos no caput das Agências Reguladoras e para as Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei.

Art. 7º. Para os efeitos desta Lei consideram-se:

I - Carreira, o conjunto de classes de cargos de mesma profissão, natureza do trabalho ou atividade, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade inerentes às suas atribuições;

III - Classe, a divisão básica da carreira integrada por cargos de idêntica denominação, atribuições, grau de complexidade, nível de responsabilidade, requisitos de capacitação e experiência para o desempenho das atribuições; e

III - Padrão, a posição do servidor na escala de vencimentos da carreira.

Art. 8º. Os cargos a que se refere o art. 1º estão organizados em classes e padrões, na forma do Anexo III.

Art. 9º. O desenvolvimento do servidor nos cargos de que trata o art. 1º ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

Art. 10. O desenvolvimento do servidor nos cargos das Carreiras referidas no art. 1º obedecerá aos princípios:

I - da anualidade;

II - da competência e qualificação profissional; e

III - da existência de vaga.

§ 1º A promoção e a progressão funcional obedecerão à sistemática da avaliação de desempenho, capacitação e qualificação funcionais, conforme disposto em regulamento específico de cada autarquia especial denominada Agência Reguladora.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 3º, é vedada a progressão do ocupante de cargo efetivo das Carreiras referidas no art. 1º antes de completado o interstício de um ano de efetivo exercício em cada padrão.

§ 3º Mediante resultado de avaliação de desempenho ou da participação em programas de capacitação, o princípio da anualidade aplicável à progressão poderá sofrer redução de até cinquenta por cento, conforme disciplinado em regulamento específico de cada entidade referida no Anexo I.

Art. 11. O Art. 9º da Lei 10.768 de 19 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 9º

§ 3º Mediante resultado de avaliação de desempenho ou da participação em programas de capacitação, o interstício mínimo, a que se refere o parágrafo anterior, poderá sofrer redução de até cinquenta por cento conforme disciplinado em regulamento específico da ANA."

Art. 12. É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos a que se refere esta Lei.

Art. 13. Cabe às Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei, no âmbito de suas competências:

I - administrar os cargos efetivos de seu quadro de pessoal, bem assim os cargos comissionados e funções de confiança integrantes da respectiva estrutura organizacional;

II - definir o quantitativo máximo de vagas por classe e especificar, em ato próprio, as atribuições pertinentes a cada cargo de seu quadro de pessoal, referidos nesta Lei, respeitadas a estruturação e classificação dos cargos efetivos definidas no Anexo III;

III - editar e dar publicidade aos regulamentos e instruções necessários à aplicação desta Lei; e

IV - implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento destinado a assegurar a profissionalização dos ocupantes dos cargos de seu quadro de pessoal ou que nela tenham exercício.

Parágrafo único. O programa permanente de capacitação será implementado, no âmbito de cada entidade referida no Anexo I desta Lei, no prazo de até um ano a contar da data da conclusão do primeiro concurso de ingresso regido pelo disposto nesta Lei.

Art. 14. A investidura nos cargos efetivos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso

de graduação em nível superior ou certificado de conclusão de ensino médio, conforme o nível do cargo e observado o disposto em regulamento próprio de cada entidade referida no Anexo I e a legislação aplicável.

§ 1º Os concursos públicos para provimento dos cargos a que se refere o art. 1º, bem como dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA, serão propostos pela instância de deliberação máxima da entidade e autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a disponibilidade orçamentária e de vagas.

§ 2º O concurso público será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial de cada carreira.

§ 3º O concurso público observará o disposto em edital de cada entidade, devendo ser constituído de prova escrita e podendo, ainda, incluir provas orais e avaliação de títulos.

§ 4º O concurso referido no caput poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observada a legislação pertinente.

§ 5º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, os requisitos de escolaridade, formação especializada e experiência profissional, critérios eliminatórios e classificatórios, bem assim eventuais restrições e condicionantes.

§ 6º Fará parte obrigatória do concurso, para os cargos referidos nos incisos I a IX do art. 1º, curso de formação específica, com efeito eliminatório e classificatório.

Art. 15. Os vencimentos dos cargos de que trata o art. 1º constituem-se de:

I - vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR, para os cargos a que se referem os incisos I a XVI do art. 1º;

II - vencimento básico, para os cargos de que tratam os incisos XVII e XVIII do art. 1º; e

III - Gratificação de Qualificação - GQ, para os cargos referidos nos incisos I a IX e XVII do art. 1º, observadas as disposições específicas fixadas no art. 22.

Parágrafo único. Os padrões de vencimento básico dos cargos de que trata o art. 1º são os constantes nos Anexos IV e V, aplicando-se os valores estabelecidos no Anexo IV aos cargos de que trata o art. 1º da Lei no 10.768, de 19 de novembro de 2003.

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR, devida aos ocupantes dos cargos a que se referem os incisos I a XVI do art. 1º, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas Agências Reguladoras referidas no Anexo I, no percentual de até trinta e cinco por cento, observando-se a seguinte composição e limites:

I - o percentual de até vinte por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - o percentual de até quinze por cento, incidente sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.

§ 1º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAR, no prazo de até cento e oitenta dias a partir da data de publicação desta Lei.

§ 2º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAR serão estabelecidos em ato específico da Diretoria Colegiada de cada entidade referida no Anexo I, observada a legislação vigente.

§ 3º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor, no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na sua contribuição individual para o alcance das metas institucionais.

§ 4º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho no alcance das metas institucionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada entidade.

§ 5º Caberá ao Conselho Diretor ou a Diretoria de cada entidade definir:

I - as normas, os procedimentos, os mecanismos de avaliação e os controles necessários à implementação da gratificação de que trata o caput deste artigo; e

II - as metas, sua quantificação e revisão a cada ano civil.

Art. 17. O titular de cargo efetivo referido nos incisos I a XVI do art. 1º, em exercício na Agência Reguladora em que esteja lotado, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAR, nas seguintes condições:

I - ocupantes de cargos comissionados CCT I, II, III e IV, CGE IV, CAS I e II e CA III, ou cargos equivalentes, terá como avaliação individual e institucional o percentual atribuído a título de avaliação institucional à Agência Reguladora, que incidirá sobre o valor máximo de cada parcela; e

II - ocupantes de cargos comissionados CCT V, CGE I, II e III, CA I e II e CD I e II, ou cargos equivalentes, perceberão a GDAR calculada no seu valor máximo.

Art. 18. O titular de cargo efetivo referido nos incisos I a XVI do art. 1º que não se encontre em exercício na entidade de lotação, excepcionalmente fará jus à GDAR nas seguintes situações:

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a GDAR calculada com base nas regras aplicáveis no caso previsto do inciso I do art. 17; e

II - quando cedido para órgãos ou entidades do Governo Federal, distintos dos indicados no caput e no inciso I, da seguinte forma:

a) o servidor investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS 6, DAS 5, ou equivalentes, perceberá a GDAR em valor calculado com base no seu valor máximo; e

b) o servidor investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDAR no valor de setenta e cinco por cento do seu valor máximo.

Art. 19. Enquanto não forem editados os atos referidos nos § 1º e 2º do art. 16, e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, a GDAR corresponderá a vinte por cento incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor.

§ 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAR.

Art. 20. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, a GDAR:

I - somente será devida, se percebida há pelo menos cinco anos; e

II - será calculada pela média aritmética dos percentuais de gratificação percebidos nos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão, consecutivos ou não.

Art. 21. Os servidores alcançados por esta Lei não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 22. É instituída a Gratificação de Qualificação - GQ - vantagem pecuniária a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I a IX e XVII do art. 1º, bem como aos ocupantes dos cargos de Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Recursos Hídricos da ANA, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, em percentual de dez por cento ou vinte por cento do maior vencimento básico do cargo, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de capacitação que o servidor possua em relação:

I - ao conhecimento das políticas, diretrizes e estratégias setoriais e globais da organização;

II - ao conhecimento dos serviços que lhe são afetos, na sua operacionalização e na sua gestão; e

III - à formação acadêmica, obtida mediante participação, com aproveitamento, nas seguintes modalidades de cursos:

a) Doutorado;

b) Mestrado; ou

c) Pós-graduação em sentido amplo, com carga horária mínima de trezentos e sessenta horas-aula.

§ 2º A adequação da formação acadêmica às atividades desempenhadas pelo servidor nas entidades referidas no Anexo I desta Lei em que esteja lotado será objeto de avaliação de Comitê Especial para Concessão de GQ, a ser instituído no âmbito de cada Agência Reguladora mediante ato de sua Diretoria Colegiada.

§ 3º Os cursos de especialização com carga-horária mínima de trezentos e sessenta horas-aula, em área de interesse das entidades, poderão ser equiparados a cursos de pós-graduação em sentido amplo, mediante avaliação do Comitê a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 4º Ao servidor com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º será concedida Gratificação de Qualificação - GQ, na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

I - GQ de vinte por cento do maior vencimento básico do cargo, até o limite de quinze por cento dos cargos de nível superior, providos;

II - GQ de dez por cento do maior vencimento básico do cargo, até o limite de trinta por cento dos cargos de nível superior, providos.

§ 5º A fixação das vagas colocadas em concorrência, com a oferta mínima de setenta e cinco por cento das vagas existentes e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ serão estabelecidos em regulamento específico.

§ 6º Os quantitativos previstos no § 4º serão fixados, semestralmente, considerados o total de cargos efetivos providos em 31 de dezembro e 30 de junho.

Art. 23. Além dos deveres e das proibições previstos na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicam-se aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras referidas no Anexo I:

I - o dever de manter sigilo sobre as operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições reguladas, de que tiverem conhecimento em razão do cargo ou da função;

II - as seguintes proibições:

a) prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica;

b) firmar ou manter contrato com instituição regulada, bem assim com instituições autorizadas a funcionar pela entidade, em condições mais vantajosas que as usualmente ofertadas aos demais clientes;

c) exercer outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei;

d) contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pela Diretoria Colegiada da respectiva entidade de lotação; e

e) exercer suas atribuições em processo administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como representante de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual.

§ 1º A não observância ao dever previsto no inciso I é considerada falta grave, sujeitando o infrator à pena de demissão ou de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, de que tratam os arts. 132 e 134 da Lei no 8.112, de 1990.

§ 2º As infrações às proibições estabelecidas no inciso II são punidas com a pena de advertência, de suspensão, de demissão ou de cassação, de acordo com a gravidade, conforme os arts. 129, 130 e seu § 2º, 132 e 134 da Lei no 8.112, de 1990.

§ 3º Aplicam-se aos Procuradores Federais em exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei as disposições deste artigo, exceto o disposto na alínea "d" do inciso II deste artigo.

Art. 24. Ficam extintos os empregos públicos de nível superior de Regulador e de Analista de Suporte à Regulação e de nível intermediário de Técnico em Regulação e de Técnico de Suporte à Regulação de que tratam o art. 2º da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, e os incisos I e II do art. 70 da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

Parágrafo único. Ficam excluídos do Quadro Pessoal Efetivo do Anexo I - Quadros de Pessoal Efetivo e de cargos Comissionados das Agências - da Lei no 9.986, de 2000, e das tabelas I e III - Quadro de Pessoal Efetivo da ANTT e da ANTAQ -, respectivamente, do Anexo I da Lei no 10.233, de 2001, os empregos públicos de nível superior de Regulador e Analista de Suporte à Regulação e de nível intermediário de Técnico em Regulação e Técnico de Suporte à Regulação e os cargos efetivos de nível superior de Procurador.

Art. 25. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior referidos no Anexo I, os seguintes:

I - Classe B:

a) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo trezentas e sessenta horas e experiência mínima de cinco anos, ambos no campo específico de atuação de cada carreira; ou

b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo duzentas e quarenta horas e experiência mínima de oito anos, ambos no campo específico de atuação de cada carreira.

II - Classe Especial:

a) ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização de no mínimo trezentas e sessenta horas e experiência mínima de quatorze anos, ambos no campo específico de atuação de cada carreira; ou

b) ser detentor de título de mestre e experiência mínima de doze anos, ambos no campo específico de atuação de cada carreira; ou

c) ser detentor de título de doutor e experiência mínima de dez anos, ambos no campo específico de atuação de cada carreira.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não se considera o tempo de afastamento do servidor para capacitação como experiência.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal da ANA.

Art. 26. Para fins de progressão e promoção na carreira, os ocupantes dos cargos referidos no art. 1º serão submetidos à avaliação de desempenho funcional, que terá seus resultados apurados trimestralmente e consolidados a cada doze meses, obedecendo ao disposto nesta Lei.

§ 1º As Agências Reguladoras implementarão instrumento específico de avaliação de desempenho, estabelecendo critérios padronizados para mensuração do desempenho de seus empregados, observados os seguintes critérios mínimos:

I - produtividade no trabalho, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade;

II - capacidade de iniciativa;

III - cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo; e

IV - disciplina.

§ 2º Os critérios de avaliação serão aplicados e ponderados em conformidade com as características das funções exercidas, sendo considerado insuficiente, para obtenção de progressão ou promoção por merecimento, o desempenho apurado em avaliação que comprove o desatendimento, de forma habitual, de qualquer dos requisitos previstos no § 1º deste artigo.

§ 3º Será dado conhecimento prévio aos servidores dos critérios, das normas e dos padrões a serem utilizados para a avaliação de seu desempenho.

§ 4º É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do procedimento que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

Art. 27. As entidades referidas no Anexo I somente poderão requisitar servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública para o exercício de cargos comissionados, observado o disposto no art. 33.

§ 1 Os servidores cedidos às entidades referidas no Anexo I na data da publicação desta Lei poderão permanecer à disposição das mesmas, inclusive no exercício de funções comissionadas e cargos comissionados técnicos, até que estejam providos, no âmbito da entidade respectiva, pelo menos cinquenta por cento do total de cargos criados por esta Lei.

§2º Os empregados das entidades integrantes da Administração Pública, que na data da publicação da Lei estejam requisitados pelas Agências Reguladoras, permanecerão nesta condição, inclusive no exercício de funções comissionadas e cargos comissionados técnicos, salvo devolução do empregado à entidade de origem, ou por motivo de rescisão ou extinção do contrato de trabalho.

Art. 28. As entidades referidas no Anexo I poderão manter sistema de assistência à saúde dos seus servidores ativos, inativos e pensionistas, mediante dotações orçamentárias próprias e contribuição mensal dos participantes.

Art. 29. O art. 73 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. O quantitativo de servidores ou empregados requisitados, acrescido do Quadro de Pessoal Efetivo, dos contratados por prazo determinado e dos ocupantes de cargos comissionados não poderá ultrapassar a duzentos e sessenta." (NR)

Art. 30. As Agências Reguladoras referidas no Anexo I, a partir da publicação desta Lei, poderão efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de doze meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º A contratação de pessoal de que trata o caput dar-se-á mediante processo seletivo simplificado, compreendendo, obrigatoriamente, prova escrita

e, facultativamente, análise de curriculum vitae sem prejuízo de outras modalidades que, a critério da entidade contratante, venham a ser exigidas.

§ 2º Às contratações referidas no caput aplica-se o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 3º As contratações referidas no caput poderão ser prorrogadas, desde que sua duração total não ultrapasse o prazo de vinte e quatro meses, ficando limitada sua vigência, em qualquer caso, a 31 de dezembro de 2005.

§ 4º A remuneração do pessoal contratado nos termos referidos no caput terá como referência os valores definidos em ato conjunto da Agência e do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

§ 5º Aplica-se ao pessoal contratado por tempo determinado pela Agência o disposto no § 1º do art. 7º, nos arts. 8º, 9º, 10, 11,12 e 16 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2005, o quantitativo de contratos por tempo determinado firmado com base nas leis de criação das respectivas Agências Reguladoras e no disposto neste artigo será reduzido anualmente, de forma compatível com as necessidades da entidade, no mínimo em número equivalente ao de ingresso de servidores nos cargos previstos nesta Lei.

§ 7º As Agências Reguladoras referidas no Anexo I poderão, em caráter excepcional, observada a disponibilidade orçamentária, prorrogar os contratos por tempo determinado em vigor na data de publicação desta Lei, a partir do vencimento de cada contrato, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses, desde que a sua duração, incluída a prorrogação, não ultrapasse 31 de dezembro de 2005.

Art. 31. Ficam criados, para exercício nos órgãos da Administração direta responsáveis pela supervisão das entidades referidas no Anexo I, observadas as diretrizes e quantitativos estabelecidos pelo Órgão Supervisor da Carreira, seiscentos cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão

Governamental, integrantes da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para o exercício das atribuições referidas no art. 1º da Lei no 7.834, de 6 de outubro de 1989.

Parágrafo único. Fica vedada a movimentação ou mudança de exercício dos ocupantes dos cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos órgãos referidos no caput antes de decorridos trinta e seis meses de efetivo exercício.

Art. 32. O art. 2º da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Ficam criados, para exercício exclusivo nas Agências Reguladoras, os cargos Comissionados de Direção - CD, de Gerência Executiva - CGE, de Assessoria - CA e de Assistência - CAS, e os Cargos Comissionados Técnicos - CCT, constantes do Anexo I." (NR)

Art. 33. Os Cargos Comissionados Técnicos são de ocupação privativa de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo, de servidores do Quadro de Pessoal Específico e do Quadro de Pessoal em Extinção das Agências Reguladoras

Parágrafo único. Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme tabela constante do Anexo II da Lei no 9.986, de 2000.

Art. 34. O exercício da fiscalização de produtos, serviços, produtores, distribuidores e comerciantes, inseridos no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, poderá ser realizado por servidor pertencente ao Quadro Específico da ANVISA, ou por servidor requisitado mediante designação da Diretoria, conforme regulamento.

Parágrafo único. A designação de servidor requisitado para os fins do caput somente poderá ocorrer enquanto estiverem vagos até cinquenta por cento dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da ANVISA.

Art. 35. Os §§ 1º e 3º do art. 70 e o art. 96 da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 70.

.....

§ 1º Os quantitativos dos diferentes níveis de cargos comissionados da ANTT e da ANTAQ encontram-se estabelecidos nas Tabelas II e IV do Anexo I desta Lei.

.....

§ 3º É vedado aos ocupantes de cargos efetivos, aos requisitados, aos ocupantes de cargos comissionados e aos dirigentes das Agências o exercício regular de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei." (NR)

"Art. 96. O DNIT poderá efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de doze meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º A contratação de pessoal de que trata o **caput** dar-se-á mediante processo seletivo simplificado, compreendendo, obrigatoriamente, prova escrita e, facultativamente, análise de **curriculum vitae** sem prejuízo de outras modalidades que, a critério da entidade, venham a ser exigidas.

.....

§ 3º Às contratações referidas no **caput** aplica-se o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 4º As contratações referidas no **caput** poderão ser prorrogadas, desde que sua duração total não ultrapasse o prazo de vinte e quatro meses, ficando limitada sua vigência, em qualquer caso, a 31 de dezembro de 2005.

§ 5º A remuneração do pessoal contratado nos termos referidos no **caput** terá como referência os valores definidos em ato conjunto da Agência e do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

§ 6º Aplica-se ao pessoal contratado por tempo determinado pelo DNIT o disposto no § 1º do art. 7º, nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 12 e 16 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993." (NR)

Art. 36. O art. 74 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74. Os Cargos Comissionados Técnicos a que se refere o inciso V do art. 70 são de ocupação privativa de ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo e dos Quadros de Pessoal Específico e em Extinção de que tratam os arts. 113 e 114-A e de requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública.

....." (NR)

Art. 37. Ficam revogados o art. 13 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, os art. 1º, 12, 13, o parágrafo único do art. 14, os art. 15, 20, 21, 24, 27, 30, 33 e 34 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o § 2º do art. 34 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o art. 36 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 28 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, os §§ 1º e 2º do art. 16 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e o art. 69, o art. 70, incisos I e II e § 2º, os art. 71, 76 e 93, o **caput** e §§ 1º, 2º do art. 94, o art. 121 e as Tabelas I e III do Anexo II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

AUTARQUIA ESPECIAL	CARGO	QUANT.
ANATEL	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações	720
	Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações	485
	Analista Administrativo	250
	Técnico Administrativo	235
ANCINE	Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual	150
	Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual	20
	Analista Administrativo	70
	Técnico Administrativo	20
ANEEL	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia	365
	Analista Administrativo	200
	Técnico Administrativo	200
ANP	Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural	435
	Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	50
	Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural	50
	Analista Administrativo	165
	Técnico Administrativo	80
ANSS	Especialista em Regulação de Saúde Suplementar	340
	Técnico em Regulação de Saúde Suplementar	50
	Analista Administrativo	100
	Técnico Administrativo	70
ANTAQ	Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	220
	Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	130
	Analista Administrativo	70
	Técnico Administrativo	50
ANTT	Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	590
	Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	860
	Analista Administrativo	105
	Técnico Administrativo	150
ANVISA	Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária	810
	Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária	150
	Analista Administrativo	175
	Técnico Administrativo	100
ANA	Técnico Administrativo	45

ANEXO II
CARGOS DE PROCURADOR FEDERAL A SEREM DISTRIBUÍDOS ÀS
AGÊNCIAS REGULADORAS

AUTARQUIA ESPECIAL	QUANT.
ANA	20
ANATEL	70
ANCINE	15
ANEEL	35
ANP	40
ANS	40
ANTAQ	20
ANTT	55
ANVISA	40

ANEXO III
ESTRUTURAÇÃO DOS CARGOS

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
1. Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações 2. Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia 3. Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária 4. Especialista em Regulação de Saúde Suplementar 5. Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural 6. Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural 7. Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres 8. Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários 9. Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual 10. Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações 11. Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural 12. Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária 13. Técnico em Regulação de Saúde Suplementar 14. Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres 15. Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários 16. Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual 17. Analista Administrativo 18. Técnico Administrativo	ESPECIAL	III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO IV

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (em R\$)
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária Especialista em Regulação de Saúde Suplementar Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual Analista Administrativo	Especial	III	5.151,00
		II	4.949,11
		I	4.755,13
	B	V	4.362,51
		IV	4.191,52
		III	4.027,24
		II	3.869,40
		I	3.717,74
	A	V	3.410,77
		IV	3.277,09
		III	3.148,64
		II	3.025,24
		I	2.906,66

ANEXO V
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR
			(em R\$)
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária Técnico em Regulação de Saúde Suplementar Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual Técnico Administrativo	Especial	III	2.555,30
		II	2.458,46
		I	2.362,10
	B	V	2.265,74
		IV	2.169,38
		III	2.073,02
		II	1.976,67
		I	1.880,31
	A	V	1.783,95
		IV	1.687,59
		III	1.591,23
		II	1.494,88
		I	1.399,10